

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2017, resultado líquido positivo. Ao longo do ano, obtivemos sucesso na implementação de diversas melhorias operacionais. Adicionalmente, as receitas financeiras, com origem no programa Repetro, e a aplicação dos recursos oriundos de desinvestimentos contribuíram, significativamente, para os bons resultados desse ano.

Graças ao trabalho integrado e afinado da área operacional, da área de comercialização e do corpo técnico administrativo, registramos avanços significativos na performance de nossas usinas de biodiesel. As vendas de biodiesel das unidades de Montes Claros e de Candeias aumentaram 10% e tivemos excelentes indicadores de segurança, terminando o ano sem registrar nenhum acidente, vazamento ou fatalidade.

Com o aprimoramento de diversos processos industriais, eliminamos gargalos logísticos e melhoramos o fator de utilização e a produtividade de nossas unidades. Além disso, tornamos o refino de nossas plantas mais flexível, criando condições para que pudéssemos diversificar as matérias-primas utilizadas. Com isso, reduzimos custos e aumentamos nossas margens, mantendo a qualidade dos nossos produtos.

Paralelamente ao trabalho intensivo que realizamos nas usinas de biodiesel, foram concluídos, em 2017, os processos de venda de nossa participação na Guarani para Tereos e de troca de nossas ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho. Também iniciou-se, em dezembro, a etapa de divulgação de oportunidade (*teaser*) relativa ao processo de desinvestimento de 100% na nossa parceria no biodiesel com a BSBios. Essas ações atendem à

diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 de nossa controladora, a Petrobras, que ratificou tal diretriz no PNG 2018-2022.

Em 2018, as perspectivas para o segmento de biodiesel são animadoras, com a entrada em vigor do B10, fato que levará ao aumento da demanda por esse biocombustível e à consequente necessidade de aumento da produção. Paralelamente a essas mudanças, também não podemos ficar indiferentes ao RenovaBio, programa do Governo Federal que irá fomentar a produção de biocombustíveis em um ambiente normativo que evolui na direção de uma economia de baixo carbono, a fim de atender aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação às mudanças climáticas. A geração de créditos de carbono (CBios) ajudará a equilibrar a equação econômica do segmento de biodiesel, tornando-o mais rentável.

Seguiremos focados para vencermos mais um ano de grandes desafios, perseguindo os princípios que têm nos guiado até aqui e continuamos sendo o norte da nossa atividade: melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2017 *

Em 2017, a Petrobras Biocombustível concentrou seus esforços no segmento de biodiesel, consolidando melhorias operacionais, que levaram à redução de custos e à geração de caixa, e buscando agregar valor para o negócio, que se mantém em um horizonte de desinvestimento.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da nossa controladora, a Petrobras, determinou a saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento e preparando a companhia para um futuro baseado em uma economia de baixo carbono. Em consonância com essa estratégia, o ano de 2017 foi marcado pela conclusão dos processos de hibernação da Usina de Biodiesel de Quixadá, venda da totalidade da participação acionária na Guarani para a Tereos Participação e troca de ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho.

1.1. Etanol

Até o final de 2016, a Petrobras Biocombustível atuou no segmento de etanol por meio de três empresas investidas – Guarani (SP), Nova Fronteira Bioenergia (GO) e Bambuí Bioenergia (MG). Em meados daquele ano, a companhia iniciou o processo de negociação para saída das parcerias. Em fevereiro de 2017, foram concluídas as operações de venda da totalidade de sua participação de 45,97% na Guarani para a Tereos Participação e a troca de ações da Nova Fronteira, coligada na qual a companhia detinha 49% do capital votante, por 24 milhões de novas ações ordinárias (SMT03) emitidas pela São Martinho, o que correspondia a uma participação de 6,59% nessa última. Em fevereiro de 2018, por meio de leilão na Bolsa de Valores, essas ações foram alienadas e a participação da Petrobras Biocombustível no capital social da São Martinho foi encerrada.

Com relação à Bambuí Bioenergia, a companhia não exerceu, em 2017, o direito de subscrição de ações. Com isso, não aportou novos recursos, fato que levou a uma nova redução de sua participação societária na empresa mineira, a qual passou de 28,67% para 8,4%. Como o investimento na coligada já havia sido provisionado para perda em sua totalidade desde 2015, essa redução não gerou impacto no resultado da Petrobras Biocombustível.

1.2. Biodiesel e Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível terminou 2017 operando duas unidades de biodiesel – Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Juntas, entregaram 261,3 mil m³ de biodiesel, volume 12% maior do que o que foi entregue por elas em 2016. A Usina de Quixadá, localizada no Ceará, teve seu processo de hibernação concluído em em abril de 2017, dado que não havia perspectiva de melhoria dos resultados no curto prazo.

Com o objetivo de agregar valor aos processos produtivos das duas usinas, o ano foi marcado pela consolidação de melhorias operacionais, que diminuíram gargalos e tornaram as unidades mais flexíveis no processamento de matérias-primas, o que culminou com o aumento do volume de produção e venda do biodiesel, bem como a elevação do faturamento das plantas de biodiesel em operação. Mesmo com preços menores em 2017, a companhia obteve melhores margens em comparação ao ano anterior.

Com integração crescente entre as áreas de operação e de comercialização, foram realizadas algumas ações fundamentais para a redução de custos. Entre elas estão: a diversificação e o desenvolvimento de novos fornecedores para reduzir os gastos com aquisição de matéria-prima; a utilização crescente de matérias-primas alternativas, como o sebo bovino, por exemplo; a adoção de estratégias diferenciadas nos leilões de biodiesel da ANP; a mudança na estratégia de aquisição de catalisador; e o reposicionamento em relação à venda de glicerina, aumentando a participação dos produtos especiais na margem de contribuição.

Além dessas ações de natureza comercial, o arranjo funcional da equipe de operação foi otimizado e as áreas de carregamento/descarregamento das usinas receberam melhorias, atenuando gargalos logísticos e diminuindo custos. Com plantas mais flexíveis, a Petrobras Biocombustível operou com um *mix* variado de matérias-primas em 2017. Por outro lado, com maior eficiência operacional, foi possível reduzir o consumo de insumos, principalmente catalizador.

A companhia também consolidou a estratégia de atuação junto às cooperativas de agricultores familiares, com foco na região Nordeste e no semiárido, para a manutenção do Selo Combustível Social, promovendo a diversificação do *mix* de matérias-primas contratadas e mantendo a otimização dos custos de sua obtenção. Para isso, manteve parceria com 11 cooperativas (dez no Nordeste), por meio das quais são adquiridas cinco matérias-primas diferentes: três de origem vegetal (mamona, coco seco, óleo de dendê) e duas de origem animal (óleo de frango e óleo de peixe).

Além das usinas próprias, a Petrobras Biocombustível detém participação de 50% na empresa BSBios Sul Brasil, que possui duas unidades, uma localizada em Marialva (PR) e outra em Passo Fundo (RS). As duas unidades entregaram, juntas, 409,7 mil m³ de biodiesel em 2017. Em dezembro, a Petrobras informou o início da etapa de divulgação da oportunidade (*teaser*) referente ao processo de alienação de 100% de sua participação nas ações detidas pela Petrobras Biocombustível na BSBios. Em 5 de fevereiro de 2018, foi divulgado para o mercado o início da etapa não vinculante do negócio, período em que os interessados irão receber um memorando descritivo contendo informações detalhadas sobre os ativos.

A Petrobras Biocombustível, em parceria paritária com a Galp, também possui investimentos na coligada Belem Bioenergia Brasil (BBB), que abrange o cultivo de palma em uma área total de 42 mil hectares no Estado do Pará. Em função de prioridades estratégicas, os investimentos industriais, que dependem de aportes dos acionistas, foram descontinuados. Entretanto, em 2017, foi estabelecida uma parceria com a empresa local Dendê do Tauá para exploração de 22 mil hectares dos palmares plantados no Polo Tailândia, viabilizando o ingresso de recursos para implantação de uma unidade extratora de óleo. Os estudos de parcerias para a área remanescente seguem em andamento.

^(*) Este relatório reflete a realidade da Petrobras Biocombustível e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	288	565
Contas a receber, líquidas	8	791.786	149.707
Estoques	9	44.486	49.892
Ativo Financeiro Disponível para venda	7	463.200	-
Ativos classificados como mantidos para venda	10	-	1.126.338
Impostos e contribuições	16	52.523	26.772
Adiantamento a fornecedores		-	3.638
Outros ativos circulantes		539	102
		<u>1.352.822</u>	<u>1.357.014</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamento a fornecedores		-	3
Impostos e contribuições	16	7.248	7.709
Depósitos vinculados		<u>3.711</u>	<u>3.730</u>
		<u>10.959</u>	<u>11.442</u>
Investimentos	11	107.817	42.753
Imobilizado	12	97.675	104.866
Intangível		<u>81</u>	<u>116</u>
		<u>216.532</u>	<u>159.177</u>
Total do ativo		<u>1.569.354</u>	<u>1.516.191</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	14	58.321	105.856
Impostos e contribuições	16	796	2.216
Salários, férias, encargos e participações		7.052	6.066
Cessão de recebíveis - FIDC	17	-	44.651
Outras contas e despesas a pagar		<u>2.296</u>	<u>974</u>
		<u>68.465</u>	<u>159.763</u>
Não circulante			
Planos de pensão e saúde	18	7.626	6.007
Provisão para processos judiciais	23	2.775	2.618
Outras contas e despesas a pagar		<u>190</u>	<u>865</u>
		<u>10.591</u>	<u>9.490</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital Social		4.378.444	4.340.218
Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Ajustes de avaliação patrimonial		12.102	65.802
Prejuízos acumulados		<u>(2.882.488)</u>	<u>(3.041.322)</u>
		<u>1.490.298</u>	<u>1.346.938</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.569.354</u>	<u>1.516.191</u>

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 <i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)</i>				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 <i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)</i>			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Receita Líquida de vendas de produtos	20	682.081	838.636				
Custo dos produtos vendidos	21	(708.340)	(919.896)				
Prejuízo bruto		(26.259)	(81.260)	Lucro (prejuízo) do exercício		158.834	(885.864)
Receitas (despesas)				Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Despesas de vendas	21	(6.288)	(5.608)	Ganhos / (Perdas) atuariais (Plano de Pensão e Saúde			
Despesas gerais administrativas	21	(71.960)	(83.266)	Reconhecido no patrimônio líquido	18	669	(2.780)
Despesas tributárias		(19.546)	(8.251)				
Outras receitas, líquidas	22	90.884	9.254	Itens que serão reclassificados no resultado			
		(6.910)	(87.871)	Participação no resultado abrangente das investidas			
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos		(33.169)	(169.131)	Ajustes acumulados de conversão realizado	10.1	(132.102)	140.784
Resultado financeiro líquido		277.054	145.294	Resultado não realizado (Ativo financeiro disponível para venda		8.400	-
Despesas financeiras	24	(1.483)	(9.847)	Resultados realizados no hedge de fluxo de caixa	10.1	69.332	288.740
Receitas financeiras	24	286.411	154.931			(53.700)	426.744
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	(7.874)	210				
Resultado de participações em investimentos	11	(85.051)	(862.027)	Resultado abrangente total		105.134	(459.120)
Lucro (Prejuízo) do exercício		158.834	(885.864)	Atribuível ao:			
				Acionista da PBIO		105.134	(459.120)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R\$)		363,45	(2.132,15)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 <i>(Em milhares de Reais, exceto quando indicada em contrário)</i>						
	Capital subscrito e integralizado	Contribuição adicional de capital	Ajuste de avaliação patrimonial Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.568.612	(17.760)	(8.682)	(352.260)	(2.155.458)	1.034.452
Integralização de capital	771.606	-	-	-	-	771.606
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(885.864)	(885.864)
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão	-	-	-	(2.780)	-	(2.780)
Ajuste acumulado de conversão (da investida	-	-	140.784	-	-	140.784
Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa (da investida	-	-	-	288.740	-	288.740
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.340.218	(17.760)	132.102	(66.300)	(3.041.322)	1.346.938
Integralização de capital	38.226	-	-	-	-	38.226
Lucro do exercício	-	-	-	-	158.834	158.834
Outros resultados abrangentes:						
Plano de Pensão e AMS	-	-	-	669	-	669
Resultado não realizado (Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-	8.400	-	8.400
Ajuste acumulado de conversão realizado (da investida	-	-	(132.102)	-	-	(132.102)
Resultado realizado no hedge de fluxo de caixa (da investida	-	-	-	69.332	-	69.332
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.378.444	(17.760)	-	12.102	(2.882.488)	1.490.298
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 <i>(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)</i>			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 <i>(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)</i>		
	2017	2016		2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Receitas		
Lucro (Prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)	Vendas de produtos e serviços	787.795	969.737
Ajustes para:			Descontos e abatimentos	(301)	(195)
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	2.288	1.183	Reversão (Perdas) em créditos de liquidação duvidosa	(2.501)	30
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(57.357)	(2.719)	Receitas relativas à construção de ativos para uso	895	5.130
Resultado de participações em investimentos	85.051	862.027	Outras receitas operacionais, líquidas	91.796	4.255
Depreciação e amortização	2.543	5.463		877.684	978.957
Realização do ajuste acumulado de conversão - Venda Guarani	(132.102)	-	Insumos adquiridos de terceiros		
Realização do hedge de fluxo de caixa - Venda Guarani	69.332	-	Matérias-primas consumidas	(625.574)	(805.719)
Provisão (reversão) para perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.501	(30)	Custo das mercadorias revendidas	(15.313)	(16.577)
Provisão (reversão) para perdas com projetos próprios cancelados	-	(62)	Créditos fiscais sobre insumos de terceiros	(98.120)	(97.513)
Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios	7.679	(4.173)	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.111)	(88.556)
Valor residual baixados na Venda Guarani	(9.009)	-	Resultado com projetos próprios cancelados	-	62
Encargos financeiros sobre empréstimos	8.882	5.473	Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido	932	53
Ajuste a valor de mercado de estoques	(932)	(53)	Reversão (Perda) na recuperação de ativos próprios	(7.679)	4.173
Redução (aumento) de ativos				(787.865)	(1.004.077)
Contas a receber	13.169	8.360	Valor distribuído (consumido) bruto	89.819	(25.120)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(24.099)	(4.318)	Retenções		
Estoque	6.338	(6.637)	Depreciação e amortização	(2.543)	(5.463)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(251)	(886)		(2.543)	(5.463)
Aumento (redução) de passivos			Valor distribuído (consumido) pela Sociedade	87.276	(30.583)
Fornecedores	(13.091)	(61.193)	Valor recebido (consumido) em transferência		
Contas a pagar e provisões	1.041	1.718	Resultado de participações em investimentos	(85.051)	(862.027)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(3.078)	(53)	Receitas financeiras	286.411	154.931
Outros passivos	(27.871)	(1.667)		201.360	(707.096)
Recursos líquidos aplicado nas atividades operacionais	89.868	(83.431)	Valor recebido (consumido) a distribuir	288.636	(737.679)
Atividades de investimentos			Distribuição do valor recebido (consumido)		
Aportes em investimentos	(110.232)	(348.956)	Pessoal		
Aquisições em ativos imobilizados	(3.023)	(7.771)	Remuneração direta	57.863	73.225
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	352.907	254.502	Salários	56.953	73.225
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(953.756)	(217.518)	Participação nos resultados	910	-
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)	631.654	-	Benefícios	11.685	11.294
Intangível	-	(27)	Vantagens	2.722	3.774
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(82.450)	(319.770)	Plano de aposentadoria e pensão	3.264	2.476
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			Plano de saúde	3.195	2.915
Aportes da Petrobras (Controladora)	38.226	404.133	FGTS	2.504	2.129
Financiamento - Cessão de recebíveis - FIDC:				69.548	84.519
Captações	14.779	203.776	Tributos		
Amortização de Principal	(60.700)	(206.389)	Federais	11.342	8.309
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento	(7.695)	401.520	Estaduais	14.893	21.502
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(277)	(1.681)	Municipais	306	297
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	565	2.246		26.541	30.108
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	288	565	Instituições financeiras e fornecedores		
			Despesas com juros, variações cambiais e monetárias	9.357	9.637
			Despesas com aluguéis	24.356	23.921
				33.713	33.558
			Acionistas		
			Lucro (prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)
			Valor gerado (consumido) distribuído	288.636	(737.679)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

4.7. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Os ativos vinculados à produção de biocombustíveis têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.7.1. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto – *Impairment*

A Companhia avalia os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

4.8. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A Petrobras aprovou um plano de desinvestimento e está estudando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

Todos os ativos classificados nessa categoria foram realizados em 2017.

4.9. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente tributante, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.12. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

4.14. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de hedge de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, ajuste acumulado de conversão, bem como efeito não realizado de investimentos disponíveis para venda.

4.15. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período, decorrente da redução de ICMS.

Os valores apropriados no resultado serão destinados à reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, quando for aplicável.

A Companhia possui incentivos fiscais em dois Estados a saber:

Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE - instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, tem por objetivos de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial desse Estado.

Incentivo Fiscal Minas Gerais – Este incentivo firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria Estadual de Fazenda, como contrapartida a investimentos realizados na unidade industrial situada no município de Montes Claros-MG, contempla diferimento de ICMS na aquisição de matérias primas e redução de saldo devedor do imposto.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou como receita com tais incentivos, o montante de R\$ 12.002 conforme nota explicativa 22.

4.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A definição das unidades geradoras de caixa – UGC´s envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 11 e 13.2.

5.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capta*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 23.

5.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novas Normas e Interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

6.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 – Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (*Impairment*)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A Companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 – *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, à época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:				
31 de Dezembro 2017				
Investimento	Atividade	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Reversão por valorização	
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	8,3%	46.447	
Total			46.447	
31 de Dezembro 2016				
Investimento	Atividade	Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.)	Perda por desvalorização	
Bioóleo Industrial e Comercial S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(3.620)	
Belem Bioenergia Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(48.944)	
BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A.	Biodiesel e Suprimento Agrícola	10,2%	(46.447)	
Bambuí Bioenergia S.A	Etanol	10,2%	1.820	
Guarani S.A.	Etanol	10,2%	(359.056)	
Total			(456.247)	
13.3. Mantidos para venda				
31 de Dezembro 2017				
Mantidos para Venda	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização	
Guarani S.A.	658.338	631.654	(26.684)	
Nova Fronteira S.A.	468.000	454.800	(13.200)	
Total			(39.884)	
31 de Dezembro 2016				
Mantidos para Venda	Valor contábil	Valor de venda	Perda por desvalorização	
Guarani S.A.	893.529	658.338	(235.191)	
Nova Fronteira S.A.	567.518	468.000	(99.518)	
Total			(334.709)	
14. Fornecedores				
	2017	2016		
Terceiros no país	43.680	56.277		
Terceiros no Exterior	-	4.284		
Partes relacionadas	14.641	45.295		
	58.321	105.856		
15. Partes relacionadas				
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos eram compostos como segue:				
	2017	2016		
Ativo				
Circulante:				
Petróleo Brasileiro (i)	121.525	135.283		
Outras	8.491	8.505		
	130.016	143.788		
Passivo				
Circulante:				
Petróleo Brasileiro (ii)	9.656	38.724		
Outras	4.985	6.571		
	14.641	45.295		
Resultado				
Receita Líquida de vendas				
Petróleo Brasileiro (iii)	676.462	806.548		
Despesas compartilhadas				
Petróleo Brasileiro (iv)	(72.077)	(90.263)		
Resultado financeiro, líquido				
Petróleo Brasileiro (v)	217.753	147.712		
(i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;				
(ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestadores de serviços à Companhia;				
(iii) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2017 e 2016;				
(iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2017 - R\$ 29.980 e 2016 - R\$ 51.823), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2017 - R\$ 20.722 e 2016 - R\$ 19.354), os serviços compartilhados (2017 - R\$ 13.725 e 2016 - R\$ 9.197), gastos com compartilhamento de custos e despesas – CCCD (2017 – R\$ 7.652 e 2016 – R\$ 9.889); e				
(v) Os valores referem-se, principalmente, as receitas oriundas das operações de fiança (2017 - R\$ 222.224 e 2016 – R\$ 151.982) e despesas, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamentos de custos e despesas - CCCD.				
15.1. Garantias				
A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural.				
A Petrobras, remunera a Companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano <i>pro-rata</i> sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2017 foi auferida a receita de R\$ 222.224 (2016 – R\$ 151.982), conforme nota explicativa 24.				
As garantias concedidas pela Companhia apresentam os seguintes saldos a liquidar:				
	2017	2016		
2018	1.612.689	1.224.898		
2019	4.945.997	4.459.647		
2020	24.302.377	15.709.125		
2021	-	63.929		
2022	-	-		
2023 em diante	510.572	326.798		
	31.371.635	18.457.565		
No exercício de 2017, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594).				
16. Tributos				
16.1. Tributos correntes				
A conta de impostos e contribuições correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se compõe de:				
	Ativo	Passivo		
	2017	2016	2017	2016
ICMS	6.318	5.678	667	1.672
PIS/COFINS	38.528	25.705	-	-
IRRF	12.486	1.129	-	384
IPI	2.084	1.658	-	-
Outros tributos	355	311	129	160
Total	59.771	34.481	796	2.216
Ciculante	52.523	26.772	796	2.216
Não circulante	7.248	7.709	-	-
16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
	2017	2016		
Lucro (prejuízo) do exercício	158.834	(885.864)		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(54.004)	301.194		
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais	4.081	-		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	99.690	(284.339)		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*)	(71.108)	(16.855)		
Outros (**)	21.341	-		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-		
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-		
(*) Inclui equivalência patrimonial.				
(**) Realização de resultado abrangente por alienação da investida Guarani.				

Em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.210.588 e R\$ 2.211.135 (2016 – R\$ 1.345.736 e R\$ 1.346.256). A Companhia não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

17. Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC

A Companhia possui um limite de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui créditos tomados junto ao FIDC.

18. Benefícios concedidos a empregados

18.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano foi implementado pela Companhia, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 2.333 (2016 - R\$ 1.990).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018 conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito à pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passado

A contribuição esperada da Companhia para 2018 é de R\$ 2.241, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 20,24 anos.

18.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível S.A. mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 40,81 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Internacional de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A Companhia tem até 48 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a Companhia e os participantes.

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde	
Obrigação atuarial no início do exercício	2.738	3.269	833	1.212	
Custo do serviço corrente	539	1.098	282	602	
Custo dos juros	296	355	121	178	
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(738)	32	(107)	37	
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(102)	(35)	(317)	(52)	
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	544	(333)	1.926	1.292	
Custo de Serviço Passado – Redução do Plano	-	-	-	-	
Obrigação atuarial no fim do exercício	3.277	4.386	2.738	3.269	
(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde	
Ativos do plano no início do exercício	-	-	-	-	
Receita de juros	-	-	-	-	
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	(37)	-	-	-	
Ativos do plano no fim do exercício	(37)	-	-	-	
(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde	
Não circulante	3.277	4.386	2.738	3.269	
Valor presente das obrigações	(37)	-	-	-	
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.240	4.386	2.738	3.269	
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro					
(d) Movimentação do passivo atuarial líquido		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	2.738	3.269	833	1.212	
Saldo em 1º de janeiro	2.738	3.269	833	1.212	
(+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes	(333)	(336)	1.502	1.277	
(+) Custos incorridos no exercício	835	1.453	403	780	
(-) Custo de Serviço Passado – Redução do Plano	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro	3.240	4.386	2.738	3.269	
(e) Premissas atuarias adotadas no cálculo		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Plano de Petros2	Planos de Saúde	Plano de Petros2	Planos de Saúde	
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,63	9,59	10,84	10,87	
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	9,63	-	10,84	-	
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	5,04	-	7,57	-	
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	3,96	3,96	4,87	4,87	
Inflação (% a.a.)	3,96	3,96	4,87	4,87	
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	-	11,30 a 4,50	-	13,91 a 4,00	

19. Patrimônio Líquido		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.378.444 (2016 – R\$ 4.340.218), está representado por 437.844.373 ações ordinárias (2016 – 434.021.773 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
Em 20 de março de 2017, foi efetuado aumento de capital no montante total de R\$ 38.226, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
O saldo remanescente de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 12.102 refere-se, principalmente, a realização da operação de hedge de fluxo de caixa e ajuste acumulado de conversão na alienação da investida Guarani de (R\$62.770), e ao resultado ainda não realizado nas atualizações do ativo financeiro disponível para venda no montante de R\$ 8.400, no exercício de 2017.		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
O lucro do ano de 2017 foi de R\$ 158.834, decorre, principalmente, pelo resultado financeiro R\$ 277.054, destacando as receitas nas operações de fiança, compensado pelo prejuízo antes do resultado financeiro líquido (R\$ 33.169) e com o Resultado de participações em investimentos (R\$ 85.051).		31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
20. Receita de Vendas de Produtos		2017		2016	
Receita bruta de vendas		787.494		969.543	
Encargos de vendas		(105.413)		(130.907)	
Receita líquida de vendas		682.081		838.636	

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

21. Custo do produto vendido e despesas por natureza

	2017	2016
Depreciação e amortização	(2.543)	(5.463)
Despesas com pessoal (i)	(69.548)	(84.519)
Matérias-primas / produtos adquiridos	(635.675)	(850.103)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(73.950)	(78.615)
Perda na recuperação de ativo	(7.679)	4.173
Incentivos fiscais	12.002	19.662
Tributárias	(19.546)	(8.251)
Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL (ii)	932	53
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	132.102	-
Realização de fluxo de caixa - Hedge	(69.332)	-
Impostos e taxas	-	(327)
Outros	17.987	(4.377)
	(715.250)	(1.007.767)

Custo do produto vendido	(708.340)	(919.896)
Despesas com vendas	(6.288)	(5.608)
Despesas gerais administrativas	(71.960)	(83.266)
Despesas tributárias	(19.546)	(8.251)
Outras receitas, líquidas	90.884	9.254
	(715.250)	(1.007.767)

(i) Incluído a remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros no valor de R\$ 3.911 (2016 – R\$ 4.594); e
(ii) Ajuste a valor de mercado - AVM reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

22. Outras receitas, líquidas

	2017	2016
Assistência técnica e sementes	(777)	(2.730)
Incentivos Fiscais (i)	12.002	19.662
Perda de recuperação de ativos	1.303	4.173
Ociosidade	(1.930)	(9.348)
Ganho e provisão judicial (ii)	24.243	(3.287)
Baixa do ajuste acum. Conversão (iii)	132.102	-
Baixa do hedge fluxo de caixa (iii)	(69.332)	-
Outras despesas	(6.727)	784
	90.884	9.254

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;
(ii) Ganho do pagamento, pela Tereos Participations, de contingências judiciais (R\$ 25.373), na venda da investida Guarani; e
(iii) Realização do Ajuste Acumulado de Conversão e Hedge Fluxo de Caixa na venda da investida Guarani.

23. Processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

	2017	2016
Passivo não circulante		
Processos Trabalhistas	2.406	2.441
Processos Fiscais	351	165
Processos Cíveis	18	12
	2.775	2.618

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2017	2016
Processos Trabalhistas	5.972	5.850
Processos Fiscais (i)	118.910	129
Processos Cíveis	728	728
	125.610	6.707

(i) Refere-se ao auto de infração no valor de R\$ 117.673 apontando como supostas irregularidades a “utilização indevida de créditos de PIS e COFINS e a “glosa de créditos de “PIS e COFINS” (saldo credor remanescente). Contudo, a PBIO é uma empresa que apura imposto de renda pelo lucro real e, portanto, apura e recolhe PIS/COFINS pelo regime de incidência não-cumulativa desses tributos.

24. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas Financeiras sobre fiança (*)	222.224	151.982
Receitas de Aplicações Financeiras	57.357	2.719
Rec. Financeiras - contas a receber vendas	9	90
Juros Recebidos de Clientes	6.821	140
Despesas Financeiras - Terceiros	(166)	(105)
Despesas Financeiras - Partes Relacionadas	(1.317)	(9.742)
Variação Cambial e Monetária	(7.874)	210
	277.054	145.294

(*) Detalhamento na nota explicativa 15.1

25. Compromissos

Convênios: Petrobras Biocombustível e Entidades Governamentais

No âmbito da sua atuação no semiárido, a Companhia firmou um Convênio com o Governo estadual da Bahia, em janeiro de 2014, e dois com o Governo do Ceará, em dezembro de 2013, objetivando o atendimento de agricultores e aqüicultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas.

Com o Governo do Estado da Bahia foi firmado um compromisso para incrementar a produção agrícola com assistência técnica e preparo mecanizado de solo, oferecidos a 8.700 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona, girassol e óleo de dendê. Ressalta-se que não houve repasse financeiro entre os partícipes.

O Convênio celebrado com o Estado do Ceará prevê atendimento a 6.000 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona através de assistência técnica, preparo mecanizado de solo e adubação com foco no aumento da produção e da produtividade.

Estes convênios não obrigam a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando qualquer obrigação financeira para a Companhia. Os compromissos firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R\$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R\$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

Com o Governo do Estado do Ceará, foi firmado novo convênio de 24 meses, em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE), sem transferência de recursos financeiros, visando a prestação de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola (ATEPA) a 689 piscicultores que atuam nos açudes do Castanhão e Orós, fornecedores do óleo presente nas vísceras de peixe (ou OGR de Peixe), para fins de contabilização do Selo Combustível Social e produção de biodiesel.

A safra 2015/2016 (ano fiscal 2016) foi a última abrangida pelos convênios celebrados com os Estados da Bahia e Ceará, sendo que o número de agricultores familiares atendidos e considerados para fins de Selo Combustível Social foram de 806 agricultores produtores de mamona e 29 produtores de peixes. Os números desta safra ficaram abaixo da expectativa inicial devido às adversidades climáticas que ocorreram nas áreas de atuação da companhia.

Em 2017 não tivemos nenhum convênio celebrado com órgãos públicos.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

26.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2017	2016
Instrumentos financeiros		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	288	565
Contas a receber	791.786	149.707
Ativo financeiro disponível para venda	463.200	-
Passivos		
Fornecedores		
Terceiros	43.680	60.561

26.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

26.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

26.3.1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

26.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

26.3.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

26.3.4. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

26.4. Seguros (não auditado)

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Chubb Seguradora S.A., com vigência de 30 de novembro de 2016 até 31 de maio de 2018, com riscos cobertos no valor de R\$ 196.063 e valor de franquia de R\$ 2.000.

27. Eventos subsequentes

27.1. Investimento:

Em 05 de fevereiro de 2018, a Petrobras em continuidade ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2017, informou o início da fase não vinculante referente ao processo de alienação de 100% da participação detida pela Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO na empresa BSBios Ind. E Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A., que corresponde a 50% do capital da empresa.

Nesta etapa do projeto, os interessados habilitados na fase anterior e que assinaram o Acordo de Confidencialidade e a Declaração de Conformidade, receberão um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre os ativos em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas não vinculantes.

27.2. Instrumento financeiro disponível para venda

Em 16 de fevereiro de 2018, a Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO alienou, nesta data, por meio de leilão na B3, 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações da São Martinho S.A. (SMT03) detidas pela companhia, ao preço de R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação.

A companhia esclarece ainda que, com essa venda, a sua participação de 6,593% no Capital Social total da São Martinho S.A. foi encerrada.

27.3. Diluição do investimento Bioóleo

Em 13 de março de 2018, o acionista da Bioóleo Comercial e Industrial S.A., realizou o aumento de capital de R\$ 1.480, gerando a diluição de participação societária da PBIO (de 50,00% para 6,0674%). A diluição está em linha com o plano estratégico da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 1.

A Companhia esclarece que essa negociação está sujeita à autorização do Juiz da 4ª Vara de Feitos de Relações de Consumo, Cível e Comerciais – Feira de Santana.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE CELESTINO RAMOS
Presidente

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
Conselheiro

RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Conselheiro

CARLOS FELIPE GUIMARÃES LODI
Conselheiro

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
Presidente

LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretor

ROBSON HONORATO
Contador
CRC-RJ-086473/O-7

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas
Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas a receita de vendas e contas a receber da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 3 de abril de 2017.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. (06 DE ABRIL DE 2018)

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2017. Com base nos exames efetuados pelos conselheiros, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 06 de abril de 2018 o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos encontram-se em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018.

José de Melo
Presidente

Solange Arantes Dornela
Conselheira

Ernesto Carneiro Preciado
Conselheiro